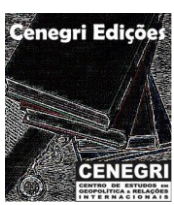
Edu Silvestre de Albuquerque

Uma Breve História da Geopolítica



Uma Breve História da Geopolítica

Edu Silvestre de Albuquerque

2011

Copyright © 2011 Edu Silvestre de Albuquerque.
Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 12/02/1998. Proibida a reprodução total ou parcial sem a autorização expressa escrita pelo autor ou editores.
Publicação sem fins lucrativos.
2011
Impresso no Brasil /Printed in Brazil

CIP-Brasil Catalogação na Fonte

E741
Uma breve história da Geopolítica / Edu Silvestre de Albuquerque. -- Rio de Janeiro: CENEGRI - Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais, 2011.
95 p. il.
Inclui Bibliografia.

ISBN 978-85-61336-06-6

1. Geopolítica 2. Geografia Política I. Série
CDD-327.101

Produção editorial: Charles Pennaforte
Revisão do Texto: Edu Silvestre de Albuquerque
Capa: Cenegri Edições

Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais – CENEGRI
CNPJ 06.984.953/0001-18
http://www.cenegri.org.br
Rua Dois de Dezembro, 38 Grupo 602-603
Flamengo - Rio de Janeiro - CEP 22220-040
Tel: ++ 55 21 2195-1315 Fax: ++ 55 21 2195-1301
Brasil

Cenegri Edições
http://www.cenegri.org.br/lojaonline

Coleção
Perspectivas do Mundo Contemporâneo

Coordenação Charles Pennaforte

Conselho Editorial

Ricardo Luigi

CENEGRI

Daniel Chaves

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Angelo Segrillo

Universidade de São Paulo

Roberto Miranda

Universidad Nacional de Rosario

Leonardo Granato

Universidad Nacional Tres de Febrero

Amine Ait-Chalaal

Université Catholique de Louvain

Arturo Rúas de Cabo

Universidad de La Habana

Dedico este breve ensaio à minha esposa e companheira Thalita Arnaud de Souza pela paciência nos momentos difíceis e dedicação sempre presente.

Autor

Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Especialista em Integração Regional e Mercosul (UFRGS), Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) e Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor Adjunto do Curso de Geografia da UFRN e Professor Colaborador do Mestrado em Gestão do Território da UEPG-PR. Organizador e autor da coletânea de ensaios “Que País é Esse?” (Editora Globo, 2006), indicado pelo MEC-2008. Autor do paradidático de Ensino Básico “A Geopolítica do Brasil” (Editora Atual, 2007 e 2011), indicado pela Secretaria de Educação do Espírito Santo.

SUMÁRIO

Introdução
11
Da Importância da Geopolítica
13
Um Saber Estratégico
15
Uma Breve História da Crítica da Geopolítica
19
Geografia Política e Geopolítica
23
Métodos e Temas da Geopolítica
26
O Que é Geopolítica?
26
Os Métodos da Geopolítica
27
A Geopolítica do Hegemon
32
As Origens do Poder Atlântico
35
Os Geopolíticos Atlantistas Anglo-Saxônicos: o Pensamento Hegemônico
37
A Primeira Expansão Geográfica do Liberalismo Atlantista
39

A Estratégia de Contenção ao Comunismo
47
A Atual Onda Expansionista do Liberalismo Atlantista
50
As Relações Centro-Periferia
60
A Geopolítica Militar Brasileira
64
A Herança Geopolítica da Formação Territorial Brasileira
64
Os Pólos do Pensamento Geopolítico Brasileiro
65
A Geopolítica dos Militares
68
A Amazônia no Discurso Geopolítico Oficial
71
A Amazônia Azul no Discurso Geopolítico Oficial
75
Os Limites Estruturais da "Geopolítica Oficial Brasileira"
78
A Dimensão Geopolítica do Capitalismo
81
Novos Estudos Geopolíticos no Brasil
82
Bibliografia
85

Introdução

O Estado é uma construção histórica com origem e desenvolvimento bem definidos, se amplia pela incorporação de outras unidades políticas e se fragmenta, afinal, representa um projeto em permanente construção. Quando suas lideranças adquirem consciência da ação dos condicionantes geográficos internos e externos sobre a política dos Estados, surge uma visão geopolítica com potencial geoestratégico para formar grandes e médias potências.

Na atualidade, a hegemonia do pensamento neoliberal dissemina o argumento idealista de que duas nações democráticas não entram em guerra entre si, mas omite que somente a democracia se mostra condição insuficiente para alcançarmos um sistema internacional menos assimétrico. Assim, já passa da hora de reconhecermos também a validade da estratégia de dissuasão, afinal, a história demonstra que duas nações nucleares também nunca foram à guerra uma contra a outra...

Por sua vez, uma política externa autônoma e um sistema de defesa eficiente não significa necessariamente vontade de

ir à guerra, ao contrário, pode até significar um profundo desejo de evitá-la.

Diferenciando-se do Idealismo, o Realismo Político advoga que não há moral nas relações internacionais, senão apenas interesses constituídos em torno dos projetos nacionais, que buscam ampliar sua segurança e poder. A causa das guerras não reside nos interesses egoísticos de Estado, mas na existência de desequilíbrios internacionais profundos e quando o balanço de poder não considera a distribuição de poder real no sistema internacional[1].

No sistema internacional de poder não existe arena neutra, assim a geopolítica aparece como um campo extremamente permeável às ideologias de seus teóricos e aos regimes político-ideológicos que se apropriam deste saber para alcançarem os corações e mentes de cada geração. Não obstante, é uma ferramenta indispensável para qualquer projeto de poder que se queira consequente, seja à esquerda ou à direita do espectro político.

Natal, novembro de 2011.

[1] Os Estados Unidos apresentam os nomes mais destacados no pensamento realista recente, casos de Henry Kissinger e Zbigniew Brzezinski que produzem uma "visão estadunidense de mundo".

Da Importância da Geopolítica

Um Saber Estratégico

A globalização reforça a dimensão cooperativa das relações internacionais, mas não acaba com a dimensão conflitiva. Ao contrário, a ampliação dos fluxos comerciais e financeiros aprofunda as assimetrias internacionais, recolando as relações centro — periferia em novo patamar.

A dimensão conflitiva do sistema internacional persiste também em razão da permanência de estruturas internacionais de poder que visam garantir o monopólio do poder e a abertura de mercados, quando fronteiras nacionais abertas e fracas somente pode beneficiar os Estados-Economias mais fortes (FIORI, 2007).

O geopolítico prussiano Friedrich Ratzel percebeu o "valor político" dos territórios em sua extensão territorial e em determinadas características físicas que podem significar a presença de terras cultiváveis e de matérias primas necessárias ao desenvolvimento industrial. Sempre lembrado é o caso das jazidas de petróleo, insumo de uma gama crescente

de novos materiais sintéticos produzidos das novas possibilidades de quebra de sua molécula. O desenvolvimento tecnológico nos liberta da escassez e dos humores da natureza, mas não sem nos ligar cada vez mais profundamente aos recursos naturais e de sua localização geográfica.

Percebendo a importância geopolítica do petróleo para a matriz energética do mundo moderno, os países exportadores decidiram criar a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), cartel que combina o nível de produção para interferir na formação do preço internacional do produto. Defendendo os países importadores, os Estados Unidos interferem na politica interna dos países produtores de petróleo e até realizam intervenções militares para derrubar regimes políticos contrários aos interesses de suas empresas petrolíferas, como nas campanhas do Iraque (2003) e da Líbia (2011).

As distâncias geográficas também anunciam a dimensão geopolítica da organização dos mercados. Em razão do custo dos transportes, a proximidade geográfica está presente na formação de todos os processos de integração regional, como União Europeia, Nafta e Mercosul. Como se percebe, os condicionantes geopolíticos não desaparecem nem mesmo

durante a paz relativa e instável dos tempos de livre-comércio.

Uma Breve História da Crítica da Geopolítica

Embora não tenha sido um estrategista, o geógrafo prussiano Friedrich Ratzel (1844-1904) foi pioneiro nos estudos geopolíticos modernos e é comumente associado ao projeto expansionista alemão. Mas Ratzel apenas empreende uma releitura mais sistematizada dos condicionantes geográficos do poder nacional, como o geopolítico Eli Alves Penha faz notar acerca da teoria do poder marítimo (*sea power*) do almirante estadunidense Alfred T. Mahan, retrabalhada por Ratzel na obra *O mar como fonte de grandeza dos povos*, de 1900.

No campo do que seria posteriormente definido como geografia política, Ratzel realiza estudos sobre as bases infraestruturais (as redes de comunicação) do desenvolvimento econômico e da integração territorial do Estado nacional, e ainda das características distintas da mobilidade humana nas zonas de fronteira. Aliás, a principal obra de Ratzel intitula-se *Politische Geographie*, de 1897, uma vez que a preocupação em diferenciar o termo

geopolítica somente surgiria poucos anos mais tarde com o jurista sueco Rudolf Kjellén, no artigo *As grandes potências*, de 1905.

Como geopolítico, Ratzel observa que o "valor político" do território era determinado pelas características físicas (extensão, forma, clima, relevo, etc.) e posição geográfica. Em 1895-1996, procede a uma minuciosa sistematização da gênese e evolução das formações sócioterritoriais, formulando brilhantes sínteses geográficas expressas na obra *As leis de crescimento espacial dos Estados*. O autor vivencia ativamente o processo de unificação política e territorial da Alemanha sob direção da ascendente burguesia prussiana e a liderança de Otto von Bismarck, acontecimento algo tardio diante da consumada partilha colonial da África e Ásia pelas potências europeias.

Resgatamos a seguir, ainda que de forma resumida, as leis tendenciais de crescimento dos Estados formuladas por F. Ratzel, atualizando os exemplos para tornar o pensamento ratzeliano mais inteligível ao leitor contemporâneo:

- as dimensões do Estado crescem com sua cultura (ideias, atividade missionária, etc.);
- o crescimento dos Estados segue

outras manifestações do crescimento dos povos e que necessariamente devem precedê-lo (caso do poder econômico);

- o crescimento do Estado procede da anexação dos membros menores (as unificações nacionais no continente europeu durante o medievo ou as anexações territoriais soviéticas na direção do Leste Europeu e da Ásia Central);

- as fronteiras são o órgão periférico do Estado, o suporte e a fortificação de seu crescimento;

- o Estado em crescimento esforça-se pela delimitação de posições politicamente valiosas (aquisições e possessões de ilhas e áreas costeiras para a logística e proteção militar das rotas marítimas);

- a tendência para a anexação e fusão territoriais transmite-se de Estado a Estado e cresce continuamente de intensidade;

- os primeiros estímulos ao crescimento espacial dos Estados vêm lhes do exterior (em períodos de guerra generalizada ou na imitação do comportamento dos atores hegemônicos em períodos de paz).

Particularmente criticado foi o conceito

ratzeliano de "espaço vital", definido como a necessidade territorial de uma determinada sociedade tendo em vista os equipamentos tecnológicos, efetivo demográfico e recursos naturais disponíveis. Para esclarecer seu argumento da centralidade do organismo estatal na mediação povo – território – recursos naturais, Ratzel emprega analogias com "organismos biológicos" (o Estado comparado a uma planta em crescimento), afinal a teoria evolutiva darwiniana estava na moda, sendo provável que o autor esperasse alcançar um propósito didático usando deste expediente comparativo.

Embora acusado de "determinismo ambiental" particularmente a partir da releitura dos possibilistas franceses, nada se encontra em seus escritos *Antropogeografia* (1882-1991) e *As leis de crescimento...* (1895-1896). Ao contrário, textualmente Ratzel afirma "*A civilização é independente da natureza não no sentido da completa libertação, mas no sentido de uma ligação mais diversificada, mais ampla e menos imperiosa*", o que demonstra uma clara compreensão da relação entre primeira e segunda natureza[2]. Por fim,

[2] Ainda, diz Ratzel: "*Com isso ele [o Homem] vai se tornando cada vez mais independente da sua constituição natural (...). Contudo, para conquistar*

para não pairar dúvidas, Ratzel afirma claramente que é "*obscura e exagerada a afirmação*" de que "*o homem é produto do ambiente*".

Qual então a intencionalidade dos possibilistas franceses ao denegrir a geopolítica clássica de inspiração ratzeliana? A França sempre fora a nação mais hostil ao germanismo, desde o insucesso napoleônico na guerra franco-prussiana até as revisões das fronteiras franco-alemãs pretendidas por esta última no período das duas guerras mundiais. A França olhava com desconfiança os políticos e militares alemães, e também os intelectuais daquele país.

Assim, entre os anos 1950 e 70 o geógrafo francês Pierre George vai disseminar a visão da geopolítica como pseudociência. Com a afirmação mundial da "Escola Francesa de Geografia", que praticamente detêm o monopólio mundial do discurso geográfico, rapidamente a crítica ao pensamento ratzeliano (a geopolítica

essa liberdade é necessário, por outro lado, que ele utilize habilmente os recursos que a natureza circundante lhe oferece." Assemelhando-se à discussão de K. Marx e F. Engels, a primeira natureza em Ratzel não desaparece, sendo apenas subsumida (contida) na segunda natureza (a natureza social) ao longo do processo histórico de desenvolvimento da cooperação social do trabalho e da técnica.

alemã) se dissemina a ponto de consagrar a corrente pretensamente filosófica do "possibilismo francês"[3].

Certamente que a emergência de um consenso no ocidente em torno da "demonização" de Adolf Hitler (os crimes de guerra das outras grandes potências da época foram propositadamente esquecidos) exerceu seu papel, ainda que Ratzel fosse anterior ao período nazista. Evidente que os críticos franceses tiveram que empreender certo malabarismo, identificando os intelectuais do "Círculo de Munique", particularmente o general-geógrafo Karl Haushofer, como responsáveis diretos pela "geopolítica nazista".

Mas o geógrafo Wanderley Messias da Costa, na obra *Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder*, recorda que Adolf Hitler distorceu totalmente as ideias de Haushofer ao direcionar o expansionismo alemão para além dos territórios históricos que abrangiam povos germânicos,

[3] Inicialmente, a tarefa de demonização da geopolítica alemã contou com dissidentes alemães. Assim, para o professor José William Vesentini, a associação da geopolítica com a ideologia nazi-fascista e o totalitarismo surge ainda nas décadas de 1930 e 1940 através dos trabalhos dos geógrafos alemães Alfred Hettner e Leo Weibel.

especialmente quando invade a Rússia colocando fim ao pacto de não-agressão que firmara anos antes. Aliás, o rompimento entre ambos ficou claro quando o próprio filho de Haushofer foi acusado de conspiração para o assassinato de Hitler.

No início dos anos 1970, a "Escola Francesa de Geografia" vai encontrar no discurso da "Geografia Crítica" subsídios para renovar sua cruzada contra a "produção de discursos estatais e nacionalistas" cuja matriz estaria na geopolítica clássica. Num primeiro momento, os geógrafos críticos passaram a denunciar as estratégias geopolíticas a serviço dos monopólios capitalistas dos países centrais. Principal expoente desta corrente, o geógrafo francês Yves Lacoste, no livro *A Geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, de 1976, rotularia os geopolíticos de serviçais dos "*Estados-Maiores militares e da burguesia nacional*"[4], alcançando sucesso mundial e no Brasil onde virou catecismo dos cursos de formação de geógrafos e professores.

[4] A ideia da obra nasce de artigo de Yves Lacoste onde denunciava a estratégia de bombardeamento dos diques rurais vietnamitas pelas forças de ocupação estadunidenses durante a Guerra do Vietnã, portanto, no contexto de uma visão bipolar de mundo entre as ideologias comunista e liberal.

Apesar disso, num segundo momento, os geógrafos críticos se voltaram também contra a geopolítica dos países periféricos, especialmente quando associadas a regimes políticos de direita, daí a pronta rejeição do pensamento geopolítico militar brasileiro nas universidades.

É preciso lembrar que a institucionalização acadêmica da Geografia brasileira ocorre com a ajuda de mestres franceses e, até hoje, a bibliografia francófona e os cursos de pós-graduação em universidades francesas formam a maior parte da demanda dos geógrafos brasileiros por conhecimento produzido no exterior. Assim, efetivamente, é pela "Escola Francesa" que a crítica à geopolítica clássica ingressa no Brasil.

Outro manual adotado amplamente nos cursos de graduação em Geografia que reproduz as críticas francesas contra a geopolítica é o livreto *Geografia: pequena história crítica*, de Antônio Carlos Robert Moraes. É verdade que o próprio autor menciona em prefácios posteriores que à época da redação do original a luta da sociedade brasileira era contra o regime militar, mas que com os atuais ventos democráticos aquela visão antiestatal deveria ser relativizada; ocorre que esta retratação passa quase despercebida diante da manutenção da estrutura de

redação original da obra nas atuais edições.

As ciências sociais são hoje dominadas pela crítica das políticas estatocêntricas e pela defesa fragmentada da cidadania (de grupos minoritários e marginalizados ligados a identidades étnicas e de gênero), cujo modelo de "fazer ciência" é originado da filosofia e sociologia estadunidense e francesa. Na ciência geográfica esses paradigmas reforçam a crítica ao pensamento geopolítico clássico em nome de uma "nova geopolítica escolar" mais progressista. Entretanto, nos moldes propostos, esses "novos" paradigmas trazem uma perigosa paralisia diante da grande política, aquela praticada pelos países centrais para a manutenção de suas posições num sistema internacional cada vez mais desigual.

Geografia Política e Geopolítica

Para demonstrar seu "cientificismo", a Geografia Política depois de Ratzel tem perseguido uma ruptura com a "visão centralista e unitária" do Estado nacional, bem como com as diversas estratégias espaciais de uma plêiade de atores e

instituições[5], ao mesmo tempo em que defende uma agenda política para as minorias sociais (para fora da dimensão classista).

Indiscutivelmente, a reformatação das instituições públicas construídas durante séculos de vida republicana é importante, mas será incompleta sem o fortalecimento da capacidade normatizadora do Estado. Além da Geografia Política, as teorias sociológicas da globalização também manifestam um antinacionalismo quase fanático em nome de categorias universais abstratas como "sociedade global" e "internacionalismo", como nos trabalhos de Octávio Ianni. O resultado é o reforço do discurso neoliberal de fronteiras abertas e de desregulamentação dos mercados para o regozijo das transnacionais.

Aliás, também na Geografia Econômica prega-se o anacronismo da ideia de centro — periferia (caso de George Benko e

[5] Na perspectiva da Geografia Política, qualquer fenômeno político com manifesta dimensão espacial pode ser objeto de estudo. Em grande medida, foram os geógrafos franceses Paul Claval, na obra *Espaço e Poder*, e Claude Raffestin, em *Por uma Geografia do Poder*, que relançaram a geografia politica contemporânea, ainda em meados da década de 1970. Desde então, os trabalhos nesta linha tem procurado mesclar o método funcionalista da matriz liberal de Claval com o criticismo da matriz marxista de Raffestin.

outros), travestida da afirmação de um suposto caráter policêntrico do sistema internacional atual (caso de Michel Foucher). Todavia, esses autores não conseguem explicar satisfatoriamente a continuidade das estratégias imperiais dos Estados Unidos, radiografadas em estudos recentes de José L. Fiori e David Harvey.

Até o Ambientalismo radical acaba por reforçar a agenda neoliberal de relativização da soberania nacional, em nome da maior participação política das organizações não-governamentais e de uma incerta "governança global".

Entretanto, é preciso considerar que a aplicação da *paz perpetua* kantiana representaria hoje a cristalização das assimetrias econômicas, culturais, políticas e militares do sistema internacional, que impedem a universalização das condições materiais dos países centrais na direção da periferia, como lembra o embaixador brasileiro Samuel Pinheiro Guimarães (2005).

Métodos e Temas da Geopolítica

O Que é Geopolítica?

A geopolítica estuda a influência dos fatores geográficos (território, população, recursos naturais, infraestruturas diversas e estruturas econômicas) na política do Estado e que afetam a dinâmica do sistema internacional. Em outras palavras, a geopolítica analisa os condicionantes geográficos presentes na história dos povos e de seus Estados, principalmente com o objetivo de orientar suas ações no futuro.

A geopolítica é simultaneamente ciência e arte. Ciência porque apresenta um objeto de estudo definido e que se confunde com as bases geográficas do poder do Estado. Arte porque produz leituras de mundo que envolvem representações e percepções individuais e coletivas diversas, inclusive com cartografias sempre singulares (as leituras geopolíticas de mundo podem ser tantas quanto o número de Estados nacionais e blocos de poder, e seguramente são tantas quanto as orientações ideológicas de seus formuladores).

A geopolítica desconfia da dimensão normativa universalista das relações internacionais, bem como se nega a "colocar no mesmo cesto" todas as geostratégias nacionais e rotulá-las de "projetos autoritários e conservadores".

Os Métodos da Geopolítica

As **unidades político-territoriais** que configuram o sistema internacional desejam ampliar seu **poder e segurança**, e para tanto, necessitam da produção de **leituras geográficas** compatíveis com suas aspirações. É assim que os **fatores geográficos** ou **condicionantes geográficos** entram na complexa equação que explica **a distribuição de poder** no sistema internacional.

Em termos metodológicos, o objeto de estudo geopolítico exige **dois movimentos de aproximação**: o primeiro, é determinar quais são esses condicionantes geográficos presentes na gênese da formação sócioterritorial analisada (daí que pode ser chamado de movimento ou **método geohistórico**); o segundo, é desvelar as formas de inserção dessa unidade político-territorial nas **estruturas internacionais de poder**.

Mas fosse apenas o estudo dos acidentes

geográficos que condicionam a política interna e externa dos Estados e a tarefa do geopolítico estaria enormemente facilitada, afinal a extensão territorial (indicativa do conteúdo de recursos naturais, tais como: solo agricultável, água, minerais, etc.) e a forma geográfica (indicativa da configuração territorial e de possibilidades de inserção externa) representam fatores absolutos da geopolítica dos Estados (RATZEL, 1895-96).

Ocorre que esses condicionantes geográficos naturais também são transformados ou ressignificados pelas **inovações tecnológicas** e seu uso político (a vontade da nação). Assim, os poderes terrestres e marítimos dependem tanto do controle das rotas quanto da incorporação de inovações tecnológicas nos vetores militares (PENHA, 2011). Da mesma forma, a integração nacional que mantem distante a ameaça de fragmentação territorial exige grandes estruturas vertebradoras do território nacional.

Os conceitos de grandes estruturas do sistema-mundo de Giovanni Arrighi , de unidades geoeconômicas mundiais do historiador marxista Eric Hobsbawm (1977) e de alteração do padrão espaço-tempo do geógrafo marxista David Harvey (2004) descrevem o significado geopolítico

das novas vertebrações territoriais advindas de cada revolução dos transportes. Com essas próteses territoriais as distâncias geográficas e a acessibilidade/mobilidade territoriais ganham sempre novos significados históricos, daí que a revolução tecnológica representa a dimensão sempre relativa dos condicionantes geográficos da política do Estado.

Para a teoria do construtivismo das Relações Internacionais, a **posição relativa de cada ator nas estruturas de poder** também se modifica em decorrência da construção coletiva do sistema internacional. Esse reposicionamento é definido por uma complexa equação que envolve a vontade política de cada Estado e as sinergias e constrangimentos resultantes do comportamento dos demais atores estatais, que também buscam projeção de poder.

Assim, os antagonismos geopolíticos da ocidentalidade *versus* orientalidade, continentalidade *versus* maritimidade, setentrionalidade *versus* meridionalidade, mundo temperado *versus* mundo tropical apresentam-se ora absolutos ora relativos. Por exemplo, enquanto as condições climáticas representam dado absoluto da posição de cada ator no sistema internacional, a localização hemisférica é

sempre algo relativo em decorrência de seu componente político: é emblemático que a posição brasileira tenha sido mais ocidentalista durante o regime militar anticomunista e mais meridionalista com as democracias que antecederam e sucederam o período ditatorial).

Por sua vez, a análise qualitativa aparece na **sistematização de autores geopolíticos** segundo determinado conceito ou conjunto de conceitos. O exemplo mais recorrente é o conceito de *heartland*, originalmente formulado no ambiente de tensionamento geopolítico europeu e trasladado para o contexto asiático.

Outro caminho metodológico que pode ser utilizado é o estudo de caso quando são comparados segmentos como as políticas externa e de defesa de países ou blocos de poder, apenas para citar duas áreas potenciais dos estudos geopolíticos.

Em termos de **instrumentos metodológicos**, a cartografia de escalas amplas (mapas-múndi e continentais), seja de mapas políticos ou temáticos, permite uma leitura eficiente da localização geográfica absoluta dos países e dos recursos naturais. As **técnicas cartográficas** permitem ainda redesenhar o mapa-múndi ou determinada região

segundo as esferas de projeção de interesse de cada Estado (as estratégias de contenção). Cada vez mais essa tarefa é facilitada pela disponibilidade de um grande número de sistemas de informações geográficas, caso de *softwares* de uso livre como Quantum GIS, gvGIS e Philcartho que podem ser baixados gratuitamente da internet.

Ainda em termos de informações primárias, as **bases de dados** formadas pelos censos demográficos (o IBGE no caso brasileiro e a ONU em escala mundial) e outras pesquisas em sites governamentais ou privados são fontes de pesquisa importantes, indicando a distribuição de riquezas minerais, da produção agrícola e industrial, de recursos hídricos, de efetivos demográficos, de rotas marítimas e sistemas de comunicação... Por exemplo, a configuração dos sistemas de transportes pode ser obtida em sites das agências reguladoras, a distribuição das bases militares em sites de ministérios da defesa, os mercados de destino e origem do comércio exterior em sites de ministérios da indústria e do comércio exterior (no caso brasileiro existe o Sistema Alice do MDIC), o apanhado dos acordos e tratados internacionais nos sites de ministérios de relações exteriores etc.

A Geopolítica do *Hegemon*

As possibilidades de desenvolvimento do poder terrestre moderno são encontradas na teoria do *heartland* ("coração da terra"), elaborada pelo geógrafo e diplomata Halford Mackinder, ainda que concebida como estratégia de contenção a serviço do poder marítimo britânico. O argumento de Mackinder é que o país ou aliança que transformar as riquezas das vastas extensões de terras das planícies centrais eurasiáticas em poder econômico também poderia lançar-se enquanto poder militar capaz de disputar a hegemonia mundial (a vasta bacia hidrográfica de interior, situada entre a Alemanha e a Rússia, representaria ainda uma retaguarda protegida contra ataques de poderes marítimos).

As estratégias geopolíticas inglesas se centraram no fortalecimento do poder marítimo desde ao menos *Sir* Walter Raleigh (1552-1618), que propugnava o domínio de rotas marítimas, a conquista de novas áreas costeiras e a expansão do comércio marítimo. Efetivamente, após derrotar Espanha e França na Batalha de Trafalgar (1805), a Grã-Bretanha estabelece comercial e militarmente a *Pax Britannica* imaginada por Raleigh (PENHA,

2011).

Com o despertar geopolítico dos Estados Unidos, a defesa do poder marítimo moderno seria elaborada por Alfred Thayer Mahan, autor de *Influência do Poder Naval na História, 1660-1783,* publicado em 1890. Nesta obra, o almirante estadunidense situa nas zonas costeiras a centralidade dos fluxos marítimos comerciais e do poder naval, de modo que a projeção mundial do poder naval dos Estados Unidos exigia a união de suas frotas situadas nas costas do Pacífico e Atlântico (viabilizada quando da construção do Canal do Panamá no início do século seguinte).

A força do poder marítimo aparece hoje, por exemplo, nas discussões acerca da missão e alargamento da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), instituição que sobreviveu ao fim da Guerra Fria.

O poder terrestre moderno preconizado por H. Mackinder ganharia vida própria com a ascensão da Alemanha nazista, situada no "coração da Eurásia", depois na Rússia bolchevique e, atualmente, na China continental. A defesa do poder terrestre vive hoje também nas proposições do geopolítico russo Alexsandr Dugin, assessor do nacionalista russo e ex-

presidente Vladimir Putin, que defende uma ampla aliança europeia baseada nas articulações terrestres desde a Rússia até a Europa Ocidental.

Esse pensamento europeísta é rebatido pelos atlantistas, que advogam que o equilíbrio da política mundial reside na hegemonia do condomínio Inglaterra — Estados Unidos e nas articulações marítimas em torno do Atlântico Norte. Com efeito, a Teoria da Estabilidade Hegemônica (TEH) de Robert Gilpin (2004) explica a necessidade sistêmica da supremacia de determinados Estados nacionais para o equilíbrio internacional, onde o Estabilizador seria aquele Estado capaz de garantir a provisão de bens públicos internacionais e a segurança coletiva, além de viabilizar um sistema monetário e financeiro estável para o funcionamento de longo prazo de uma economia liberal globalizada. Na verdade, Gilpin apenas traduz teoricamente as características do sistema internacional liderado pelos Estados Unidos desde o final da Segunda Guerra, através de organismos internacionais de defesa (OTAN) e de cooperação econômica (FMI e BIRD/Banco Mundial) e do padrão dólar - ouro (décadas depois substituído pelo padrão dólar - dólar).

Os geopolíticos anglo-saxônicos aparecem

como intelectuais orgânicos dos países situados no coração geográfico atlântico, e por isso mesmo são comumente dissociados daqueles autores geopolíticos considerados malditos por suas concepções antagônicas ao projeto de poder mundial atlântico. Essa zona de moralidade é formada pela ideologia emanada dos Estados hegemônicos e de seu corolário de aliados estratégicos e ocasionais.

As Origens do Poder Atlântico

O geopolítico Eli Alves Penha (2011, p. 25) destaca que a primeira estratégia marítima efetivamente global foi formulada pelo português D. Dinis (1279-1325), e depois aplicada pelo Infante Don Henrique já no primeiro quartel do século XV: "*Portugal daria início às grandes expedições exploratórias, cuja meta era constituir uma rota oceânica das especiarias, como alternativa à rota terrestre então dominada pelos turcos otomanos, considerados hostis aos interesses comerciais europeus*". Dinis influencia a abertura de academias voltadas ao estudo marítimo e a formação de uma marinha costeira para proteger estuários e costas das incursões dos mouros magrebinos. E com D. Henrique, as caravelas e galeras portuguesas (inovações

tecnológicas na navegação à grandes distâncias) permitem o descobrimento da almejada rota marítima para as Índias[6].

O século XVII assinala a inflexão da política marítima portuguesa, com sua expulsão pelos holandeses das bases de Java, Sumatra e Málaca e entocamento na América do Sul (Brasil) e África (Angola). Assim, os portugueses decidem centrar seus esforços no Atlântico Sul com o apoio logístico de um cordão de ilhas estrategicamente situadas ao longo do Atlântico: os arquipélagos dos Açores, da Madeira e de Cabo Verde e as ilhas de Tristão da Cunha, Ascensão e Santa Helena.

[6] O poder marítimo lusitano se evidencia na decisiva batalha naval de Diu (1509) pela conquista da Índia, e quando a marinha portuguesa realiza os primeiros grandes desembarques anfíbios da história na conquista dos estreitos (os *choke points*) de Ormuz e Málaca. Com o controle de Málaca e do comércio na junção do Golfo de Bengala e o Mar da China, Portugal vai cravar uma importante base em Cantão, representando a tentativa de subjugação do Império do Meio. Essa onipresença mundial portuguesa era ainda completada pelo controle de Ceuta - a chave para o Mediterrâneo -, do Cabo da Boa Esperança - passagem obrigatória no Caminho das Índias -, e do Estreito de Magalhães - passagem marítima do Atlântico ao Pacífico.
No campo comercial, os portugueses estabeleceram uma série de postos comerciais e militares nas faixas litorâneas das Américas, África e Ásia, representando a primeira rede comercial efetivamente globalizada da história mundial.

Naquele momento, as estratégias marítimas já eram tão diversas quantos os países europeus envolvidos na disputa por mercados coloniais. Segundo Luiz Alencastro, o jurista e eclesiástico português Frade Serafim de Freitas, na obra *De Justo Império Lusitanorum Asiático*, de 1625, defende a apropriação de encraves costeiros para consolidar o comércio marítimo português na Ásia. Era uma clara resposta à tese do *mare liberum* do jurista holandês Hugo Grotius, de 1614, que propunha a liberdade dos mares (omitindo o Índico onde os interesses holandeses já estavam estabelecidos hegemonicamente).

Necessitando de ajuda externa na guerra contra a Espanha (1660-1668), Portugal acaba por ceder ao Império Britânico os encraves da Índia, a base norte-africana de Tânger e posições mercantis no nordeste brasileiro (PENHA, 2011). Assim, apesar do *mare clausum* formal sobre o Atlântico Sul, na prática era a Inglaterra que assumia a hegemonia econômica sobre Portugal e suas colônias de além-mar.

Os Geopolíticos Atlantistas Anglo-Saxônicos: o Pensamento Hegemônico

A Primeira Revolução Industrial

transforma a Europa Ocidental e o Atlântico Norte na principal unidade geoeconômica mundial, com a Inglaterra no papel de Estabilizador do sistema internacional. A Segunda Revolução Industrial traz o deslocamento do sentido deste eixo geoeconômico mais para o Oeste Atlântico quando os Estados Unidos substituem a Inglaterra no protagonismo do sistema capitalista mundial.

Como a grande indústria reforça o papel central do mundo atlântico na organização do sistema internacional, a concentração do poder militar nas potências centrais desta região seria inevitável. De forma que os séculos XIX e XX foram marcados pela hegemonia do poder marítimo anglo-americano, com as principais ameaças representadas por Estados da periferia do sistema.

Os poderes desafiantes eram fundamentalmente terrestres, como Alemanha e União Soviética (a exceção histórica foi o Japão). Assim, "*o breve século XX*" (HOBSBAWM, 1982) viu nascer importantes estratégias de contenção pelas potências marítimas atlantistas, especialmente com a teoria do *heartland* de H. Mackinder (no Entre-Guerras) e a doutrina de contenção ao comunismo de G. Kennan (na Guerra Fria).

No atual momento histórico, em que as potências hegemônicas atlantistas continuam se precavendo contra antigas incógnitas como a Rússia pós-comunista e contra novas ameaças como a China continental (além de coadjuvantes menores no mundo islâmico), é o paradigma civilizacional do estadunidense S. Huntington que candidata-se como equivalente contemporâneo daquelas estratégias de contenção ocidentais, esperando reacomodar o poder atlantista no mundo do pós-Guerra Fria.

A Primeira Expansão Geográfica do Liberalismo Atlantista

A Grã-Bretanha dominou os mares desde o século XVIII até as primeiras décadas do século XX, impondo um liberalismo de interesse nacional através de acordos comerciais preferenciais e da ameaça das canhoneiras. Os interesses ingleses se materializavam na repressão britânica ao tráfico de escravos no Atlântico até a construção do Canal de Suez, passando pela invasão da Baia de Guanabara por uma esquadra de guerra britânica (a Questão Christie)[7].

[7] Em abril de 1862, uma canhoneira britânica havia ameaçado fogo contra a cidade portuária gaúcha de

A França era a grande rival do projeto hegemônico britânico, bloqueando diversas políticas expansionistas inglesas na Europa, mas não impediu sua expansão econômica e militar pelo resto do mundo. A supremacia mundial britânica viria a ser questionada, paradoxalmente, por sua ex-colônia os Estados Unidos. Após a Guerra da Independência (1776-1783) os norte-americanos experimentam uma expansão econômica acelerada por meio da combinação de políticas protecionistas e certa dose de livre-comércio, transformando poder econômico em poder militar. Em um primeiro momento, a ascensão dos Estados Unidos limitou-se ao Caribe e regiões mais afastadas da Ásia (ilhas e possessões tomadas da Espanha), consideradas áreas insulares de menor peso na estratégia hegemônica britânica.

A vitória dos Estados Unidos indicava que nas guerras desenroladas em áreas continentais interiores a supremacia naval

Rio Grande; e oito meses depois, uma esquadra de guerra britânica bloqueou o porto do Rio de Janeiro e apreendeu cinco navios ali aportados, exigindo do governo brasileiro o pagamento de uma indenização de 3,2 mil libras esterlinas pela carga de um navio britânico saqueado na costa brasileira. Como o Brasil tinha uma Marinha de Guerra inferior teve que recorrer ao arbitramento internacional.

britânica poderia ser neutralizada[8]. Londres então passa a se preocupar mais profundamente quanto a emergência de novos poderes desafiantes na própria Europa, onde a Grande Rússia ainda adormecia, mas a Alemanha ascendia largamente como potência industrial e militar.

O britânico Halford John Mackinder (1861-1947) profere então famosa conferência intitulada *The geographical pivot of history*, em 25 de janeiro de 1904, na *Royal Geographical Society*. No mesmo ano, o *Geographical Journal* publica sua tese do *geographical pivot* (área pivô) como artigo de 16 páginas que o geopolítico alemão Karl Haushofer reconheceria como "*uma obra-prima geopolítica*".

Para H. Mackinder haveria uma rivalidade irreconciliável entre dois polos antagônicos de poder expressos na clássica dualidade entre poder marítimo e poder terrestre, sendo que a disputa pela hegemonia mundial envolveria o

[8] Na maior parte daquele século, o envolvimento militar dos Estados Unidos era limitado a sua "área de influência imediata" consagrada pela Doutrina Monroe (1823): a América Latina, onde intervenções preventivas se tornaram prática comum no século seguinte. Mas a Guerra Hispano-Americana (1898) sinalizava que os interesses estadunidenses haviam se projetado agora também ao Caribe e Pacífico.

oceanismo britânico contra o continentalismo russo-alemão[9]. Para tanto, questionava a tradicional Projeção de Mercator que punha a Europa como centro geográfico do planeta, atribuindo esta condição ao núcleo da massa terrestre eurasiática ou "área pivô" (Figura 1).

O mundo segundo H. Mackinder (1904)

FONT: Knox, p. 391

Disponível em
http://www.upf.edu/materials/fhuma/portal_geos/img/intgeo/kno_391.jpg

[9] As guerras greco-pérsicas na Antiguidade, que defrontaram o poder naval grego e o poder terrestre persa, e a Guerra dos Sete Anos na Idade Moderna, decorrente da disputa por possessões coloniais na América e Oriente entre a potência naval inglesa e a potência terrestre francesa, foram episódios históricos estudados por H. Mackinder.

No mapa-múndi mackinderiano a "área pivô" é rodeada por dois grandes arcos. O primeiro, o Crescente Interno corresponde ao espaço de expansão imediata do poder terrestre e, por via de consequência, representa a primeira linha de defesa do poder marítimo (as principais nações contidas nesse arco eram os impérios alemão, austro-húngaro e turco-otomano, mais a Índia e a fragmentada China). O segundo arco, o Crescente Externo corresponde ao espaço de projeção do poder marítimo e abrigava as grandes potências econômicas e militares da época (Inglaterra, Estados Unidos e Japão, além dos domínios britânicos do Canadá, África do Sul e Austrália).

De fato, na Primeira Guerra Mundial o poder naval britânico deteve com sucesso o avanço do poder terrestre alemão estabelecido no Crescente Interno. A derrota da aliança entre Alemanha, Império Austro-Hungaro e Império Turco-Otomano resulta na fragmentação destes dois últimos, mas a Alemanha se rearmaria na sequência[10].

[10] Uma formidável síntese histórica acerca da Primeira Guerra foi proferida pelo professor espanhol Clemente Herrero Fabregat (UAM), em palestra realizada no Brasil, em 2009. Disse o catedrático que aquele conflito pode ser analisado a partir do confronto entre a Tríplice Entente (Inglaterra, França

O conceito de "área pivô" seria modificado por Mackinder no livro *Democratic ideals and reality: a study in the politics of reconstruction*, de 1919, redefinido como *heartland* ("coração da terra"). Mackinder reafirma que os fenômenos geopolíticos se desenrolam a partir dos conflitos travados entre o *heartland* e o crescente ao seu redor, como denota sua célebre frase: "*Quem domina a Europa Oriental controla o Heartland; quem domina o Heartland controla a World Island; quem domina a World Island controla o mundo*" (*apud* MELLO, 1999, p. 56).

Mas o *heartland* era menor que a "área pivô", passando de 23 para 13 milhões de km^2... Essa mudança decorre da efetivação da Alemanha como principal ameaça à hegemonia britânica, apenas temporariamente neutralizada pela derrota na Primeira Guerra. Assim, a Inglaterra se opôs ferozmente ao projeto alemão de construir uma ferrovia até o Golfo Pérsico e suas jazidas petrolíferas, inclusive estimulando os nacionalismos nos Balcãs para instabilizar os territórios

e Rússia) e cujo lema era "igualdade, fraternidade, liberdade", e a Tríplice Aliança (Alemanha, Áustro-Hungaro, Turco-Otomano) do lema "ordem, justiça, fraternidade"; e que representou a vitória ideológica do liberalismo de J. Rousseau sobre o romantismo de Herder (capitalismo de Estado).

que receberiam o traçado da ferrovia alemã. Ao mesmo tempo, o projeto de Estado centralizado e antiliberal fazia anunciar o renascimento da Grande Rússia para breve, processo já iniciado com a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A Segunda Guerra Mundial era apenas uma questão de tempo, assim, com a definição histórica do eixo Berlim-Moscou como principal ameaça partindo do núcleo da massa terrestre eurasiática, se o *heartland* perdia em extensão territorial, ganhava muito em precisão espacial, algo fundamental em se tratando de estratégias de contenção.

É preciso lembrar que no período Entre-Guerras, Mackinder participou como representante diplomático britânico das reuniões destinadas a redesenhar o mapa europeu, priorizando a criação de um "cordão sanitário" formado por uma série de Estados-tampões com intuito de isolar Alemanha e Rússia. Os territórios que formaram o "cordão sanitário" mackinderiano foram desmembrados dos quatro grandes impérios ruídos da Primeira Guerra: o russo, o alemão, o austro-hungaro e o turco-otomano. Aos sete países que compunham a zona de contenção original — Polônia, Theco-Eslováquia, Hungria, Iugoslávia, Bulgária, Romênia e Grécia —, somaram-se pouco

depois os Estados Bálticos e a Finlândia.

A fragmentação política do Leste Europeu não impediu a eclosão da Segunda Guerra, mas serviu como espécie de grupo de controle geopolítico ao sinalizar às potências atlantistas cada novo deslocamento político e militar alemão para o leste. Entretanto, Londres também pagou um preço alto com a Segunda Guerra, não restando alternativa a não ser estreitar os laços com Washington, que agora tornam-se permanentes através de investimentos e ajuda militar maciça estadunidense, e com a implantação na Europa Ocidental da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

A escolha do paradigma mackinderiano somente pode ser compreendida no contexto do ambiente ideológico que envolvia a sociedade britânica. Voz destoante, o diplomata e geopolítico Edward Caar via com preocupação o aumento da influência estadunidense na Europa e na própria Inglaterra. O realismo político de Caar apontava para outra direção: uma aliança estratégica entre Inglaterra e União Soviética firmando uma posição europeísta para contrabalançar o poder da América. Sabidamente, diante dos temores quanto a expansão das ideias socialistas na Europa Ocidental a proposta de Caar foi relegada ao esquecimento.

A Estratégia de Contenção ao Comunismo

A Segunda Guerra não havia acabado e surgia uma nova ameaça ao poder hegemônico atlantista representada pela expansão ideológica e militar da União Soviética, primeiro com a tutela sobre os países ocupados do Leste Europeu, depois na direção da periferia eurasiática. Com efeito, terminada a guerra "*a ocupação da Europa do Leste foi apresentada como fato consumado por Stálin e que foi ratificada pela Conferência de Potsdam. Mas Truman acreditava que Stálin poderia manter planos expansionistas, não se contentando com a área já conquistada. Em agosto de 1945, logo após a Conferência de Potsdam, Truman ordenou o ataque nuclear a Hiroshima e Nagasaki, com o objetivo de dar um recado a Stálin. Moscou deveria conter seu ímpeto expansionista, caso não quisesse ser alvo de um ataque nuclear*." (ARBEX JR., 1997, p. 97).

Apesar da vantagem atlântica no campo nuclear, o primeiro-ministro britânico Winston Churchill reivindica junto aos aliados ocidentais uma ampla estratégia de contenção ao avanço soviético pela Europa, o que viria com a doutrina anticomunista elaborada pelo diplomata e cientista político estadunidense George

Frost Kennan. Suas ideias aparecem no livro *Containment Theory*, de 1947, mesmo ano em que o presidente Harry Truman pronuncia famoso discurso de comprometimento total da América na contenção ao avanço socialista na Europa e no mundo (oficializando a estratégia de contenção que ficaria conhecida por "Doutrina Truman", embora tenha sido elaborada por Kennan).

O realismo de Kennan aparece na aposta na supremacia do poder naval estadunidense como única estratégia capaz de deter o avanço soviético nas regiões costeiras estratégicas da "ilha mundial" eurasiática: "*Veio da oficialização deste conceito a teoria da estratégia de contenção de Truman e as variadas ações diplomáticas e militares de valorização estratégica das chamadas fringe areas, que resultaram na participação dos Estados Unidos no Pacto do Atlântico, na pressão diplomático-militar sobre a Grécia e Turquia, no engajamento militar nas guerras da Coréia e do Vietnã, no Tratado do Sudeste Asiático e em outras iniciativas de menor vulto*." (MEIRA MATTOS, 2002, p. 25).

Nesse contexto, surge o Plano Marshall de ajuda econômica para a reconstrução da Europa devastada, visando impedir a ascensão do movimento socialista entre as nações ocidentais europeias. E em 1949 é

criada a OTAN, em Bruxelas, consolidando a hegemonia estadunidense na porção oeste do continente europeu com a garantia de proteção militar em caso de agressão soviética.

A União Soviética responde com seu primeiro teste atômico e, em 1955, lança o Pacto de Varsóvia com o intuito de proteção militar aos países socialistas europeus em caso de agressão capitalista. O teórico soviético Sergei Gorshkov expressa no livro *O Poder Marítimo do Estado*, de 1979, a impossibilidade de um poder exclusivamente terrestre alcançar uma vitória total e durável, defendendo uma diplomacia naval voltada a constituição de alianças capazes de projetar poder dissuasório globalmente (PENHA, 2011), o que somente foi atendido parcialmente.

O sociólogo francês Raymond Aron caracteriza a geopolítica da Guerra Fria pelas expressões "baleia americana" para definir o poder naval estadunidense e "urso russo" para o poder terrestre soviético (MELLO, 1999). Por meio desta analogia percebe-se que as estratégias de contenção de H. Mackinder e de G. Kennan apresentam ao menos dois pontos importantes em comum: ambas identificavam as principais ameaças ao poder ocidental ou atlântico na projeção

de algum poder terrestre sediado no coração da "ilha mundial" eurasiática (a Alemanha para Mackinder e a União Soviética para Kennan); e ambas acreditavam que o objetivo político de contenção somente seria alcançado a partir da projeção do poder naval atlantista sob liderança dos britânicos e estadunidenses, respectivamente.

A Atual Onda Expansionista do Liberalismo Atlantista

Estima-se que 40% do PIB soviético equivalia a apenas 10% do PIB estadunidense, percentual necessário para fazer frente à corrida armamentista da Guerra Fria. Os ganhos de produtividade obtidos da reengenharia produtiva e administrativa operada a partir dos Estados Unidos foram uma resposta e tanto à crise dos anos 70, mas uma equivalente revolução técnica não ocorreu do lado soviético.

A revolução tecnológica e de produtividade liderada pelos Estados Unidos não teria alcançado tamanho êxito sem a aproximação geopolítica entre Washington e Pequim, que representou o isolamento geopolítico e geoeconômico da União Soviética. A bomba atômica chinesa havia

viabilizado a entrada do país no seleto grupo do Conselho de Segurança da ONU. E em 1969, o presidente Richard Nixon designa seu Assistente Especial para Assuntos de Segurança Nacional, Henry Kissinger, para entabular negociações secretas visando reatar as relações diplomáticas com os chineses (naquele momento ainda esperando o apoio de Pequim em relação a uma saída honrosa das tropas estadunidenses no Vietnã).

Essas negociações levaram à abertura econômica chinesa nos anos 80, permitindo que este país recebesse desde então enormes fluxos financeiros externos e o acesso privilegiado ao mercado estadunidense (uma repetição da estratégia estadunidense implementada nos anos 50 para reerguer a economia industrial japonesa).

Como recorda José L. Fiori, a China rapidamente inunda o mercado mundial de bens de consumo não-duráveis e gera lucros absurdos para as multinacionais ali instaladas. Ao mesmo tempo, a nova economia de informação estadunidense se concentra na produção de novas invenções como a internet, o celular e o GPS (surgidos a partir de investimentos públicos no complexo industrial-militar dos Estados Unidos).

Assim, não só a tecnologia militar soviética torna-se rapidamente obsoleta mas também o regime comunista torna-se incapaz de universalizar o acesso aos novos bens de consumo popular produzidos na China e nos Estados Unidos. O sistema político e social soviético inicia um rápido e inexorável processo de desintegração que replica-se por todo o Leste Europeu. No intervalo de apenas três anos uma sucessão incrível de eventos marca o triunfo estadunidense e do liberalismo: a queda do muro de Berlim (novembro de 1989), a reunificação da Alemanha (outubro de 1990), a dissolução do Pacto de Varsóvia (abril de 1991) e o fim da própria potência socialista soviética (dezembro de 1991).

Debelada a ameaça soviética, as estratégias de contenção atlânticas se voltaram mais decididamente às áreas mais instáveis da periferia eurasiática, particularmente no Oriente Médio (primeira guerra do Iraque), Ásia Central (acordos e bases militares nas ex-repúblicas soviéticas) e Norte de África (bombardeios ao Sudão e Somália). Esse movimento geopolítico na periferia eurasiática coincide com a inflexão da curva gráfica das descobertas de novos poços de petróleo, agravada com a crescente demanda mundial.

Diante da oposição russa e chinesa e do

descontentamento de aliados europeus, os Estados Unidos buscam atualmente incorporar novos atores em suas campanhas intervencionistas, como na intervenção aérea da Líbia (2011) que possibilitou aos rebeldes locais derrubar o regime de Khadaffi, cujo comando foi repassado à OTAN. Da mesma forma, barganham a neutralidade russa na questão líbia com a "permissão" para a reacomodação dos interesses históricos de Moscou sobre as antigas zonas de influência na Ásia Central.

Com a China, diante das ligações econômicas profundas, parece que Washington terá que segurar o impeto militar e apostar na continuidade da pressão diplomática e comercial. Como vimos, o próprio conceito de *heartland* se desloca da parte europeia a asiática em razão das manobras agregadoras promovidas pelos interesses industriais do "Império do Meio"[11].

É quando envolve o petróleo que o impeto militar norte-americano mais se evidencia, como indica David Harvey (2004) na obra *O Novo Imperialismo*, onde resgata a tese

[11] Desde os acordos de cooperação econômica e militar de Xangai, a China passa a discutir com seus vizinhos também assuntos de segurança regional e global.

do imperialismo na forma de "acumulação por espoliação" como resposta à atual crise de sobreacumulação de capital em sua potência central. No passado a "acumulação primitiva de capital" pela via da pilhagem das riquezas naturais das colônias americanas, asiáticas e africanas havia viabilizado os investimentos na grande indústria europeia nascente; e este processo se repete nas atuais campanhas de conquista militar praticadas pelos Estados Unidos no Oriente Médio Expandido.

De fato, a indústria do petróleo movimenta trilhões de dólares em infraestruturas (poços, oleodutos, navios petroleiros, portos, etc), e quase todo este investimento dependente fortemente da localização geográfica da matéria bruta. Assim, quando alguns países do Oriente Médio perceberam a magnitude da riqueza que poderia advir da exploração e comercialização do petróleo passaram a substituir as empresas petrolíferas estadunidenses e europeias por empresas estatais, casos de Irã, Iraque e Líbia.

Na crise do petróleo dos anos 70, os Estados Unidos pouco puderam fazer em razão do oportunismo soviética na região. Mas vencida a Guerra Fria, os Estados Unidos sentem-se cada vez mais livres para intervir duramente na região de

modo a acabar com as nacionalizações do petróleo e reabrir os mercados locais para investimentos externos.

Na América Latina e Leste Europeu, essa nova agenda do projeto hegemônico estadunidense foi implementada apenas com base no convencimento com a adoção por parte dos governos dessas regiões dos mantras do neoliberalismo derivados do "Consenso de Washington" (transferindo as propriedades industriais e serviços estatais a grupos estrangeiros ocidentais).

Já na periferia eurasiática o tensionamento geopolítico decorrente das enormes riquezas petrolíferas locais leva a potência central atlântica a exercer ações diplomáticas mais duras, inclusive com a mobilização de recursos militares primeiro contra o regime fundamentalista dos *talibans* no Afeganistão (acesso à rotas estratégicas para o Mar Cáspio) e a ditadura panarabista de Sadam Hussein no Iraque, e depois contra o regime anticolonialista de Muammar Kadaffi na Líbia[12].

[12] A retomada das ações unilaterais estadunidenses estimula ações idênticas de outras potências. Assim, em 2008 ocorre a rebeldia da Rússia através da retomada de ações militares diretas em sua "zona de influência imediata" do Cáucaso, alegando a defesa de dois encraves separatistas pró-Rússia em território georgiano (Ossétia do Sul e Abhkázia).

É no sentido de ocultar as razões econômicas e geopolíticas da guerra que as formulações do choque de civilizações de Samuel P. Huntington, em 1997, representam verdadeiro achado à nova estratégia de contenção dos Estados Unidos contra países e alianças que desafiam seus interesses globais ou regionais na atualidade. Ao determinar que os conflitos no mundo pós-Guerra Fria são essencialmente de ordem cultural, o geoestrategista estadunidense oculta os fatores econômicos e políticos que perpassam o ato da guerra.

A funcionalidade estratégica do paradigma civilizacional se explicita quando Huntington alerta sobre o movimento de aproximação entre a China e os países muçulmanos, especialmente quanto aos riscos para a hegemonia ocidental. A conexão confuciona-islâmica, diz o autor, deve ser detida pelo ocidente através da pressão econômica e política (forçando a adesão aos acordos de não-proliferação de armas de destruição em massa e de mísseis de longo alcance) e da intervenção militar quando necessário.

Além disso, Huntington cita a ameaça islâmica representada pelo Irã e algumas ditaduras árabes não-alinhadas com o "Ocidente", mas com o prudente cuidado de preservar a Turquia, aliada importante

na OTAN, embora também muçulmana. De fato, o Irã tem abertamente investido em tecnologias nucleares duais, com ajuda do Paquistão que forneceu clandestinamente tecnologia de centrifugação. E suspeita-se que a China esteja por detrás do repasse original dessas tecnologias, interessada na contenção da Índia através do fortalecimento do rival Paquistão (o programa nuclear indiano foi recentemente reconhecido por Washington), e vai além ao denunciar que a China também auxiliou a Coreia do Norte a desenvolver as tecnologias da bomba atômica e de mísseis balísticos, exportou para a Líbia e o Iraque materiais que poderiam ser usados na produção de armas nucleares e químicas e ajudou a Argélia a construir um reator para pesquisa e produção de combustível nuclear.

Já para o cingalês Kishore Mahbubani (1994) a ideia de uma conexão intercivilizacional entre a China e os países islâmicos é absurda quando sequer existe uma unidade civilizacional real entre os "países islâmicos" (a divisão entre os países islâmicos em relação ao bombardeio à Líbia é um exemplo disto) . Por sua vez, a China se move fundamentalmente em razão de seu interesse nacional, e nisto não difere de qualquer nação ocidental. Seu

acelerado desenvolvimento econômico de taxas anualizadas superiores a 10% nas últimas três décadas exige crescentes volumes de recursos minerais e energéticos do exterior e, assim, será inevitável que Pequim busque uma projeção de poder condizente com tais necessidades. A equação petróleo por armas no relacionamento com os países islâmicos é uma necessidade para a China e as indústrias estrangeiras presentes no país.

Mahbubani (1994) lembra que graças aos esforços chineses o Leste Asiático está pronto para alcançar a paridade econômica com o Ocidente, o que assusta os países centrais. Algumas estimativas apontam que em algum ponto da próxima década a China deverá suplantar a economia estadunidense se mantidas as atuais discrepâncias nas taxas de crescimento dos dois países.

Na perseguição a esse objetivo é inevitável que Pequim invista no complexo industrial-militar para desenvolver seu mercado interno e fomentar as exportações, mas nada que o ocidente deva se preocupar, afinal as cifras estadunidenses investidas no setor militar ainda respondem sozinhas por metade dos gastos mundiais. Bessa (2007) acrescenta que a China ainda apresenta estratégias

econômica e militar direcionadas para sua transformação em potência continental e, portanto, está longe de desafiar a hegemonia naval estadunidense.

Suano (2002) acrescenta ainda um outro ponto de vista ao debate sobre o real objetivo da contenção presente na tese do choque de civilizações de Huntington. Para ele, os Estados Unidos almejam evitar a automomia econômico-militar da Europa Ocidental, que apenas diante do acirramento da perspectiva da conexão confuciana-islâmica continuaria a apoiar a OTAN em detrimento da constituição de sua própria indústria de defesa.

Impassível, a estratégia de contenção estadunidense em curso pretende ser ampla o suficiente para dar conta da "conexão confuciana-islâmica", da reemergência da Rússia e ainda evitar a disseminação de tecnologias sensíveis ou duais na periferia eurasiática. Mesmo em relação ao desenvolvimento econômico, este somente é permitido na periferia quando articulado aos países centrais, de forma que os países árabes podem desenvolver o setor petrolífero desde que patrocinados pelos capitais e empresas petrolíferas ocidentais, os países latino-americanos podem desenvolver o setor agrícola e mineral nos mesmos moldes, e assim por diante. Mesmo Alemanha e

Japão que puderam retomar o desenvolvimento de alguns setores industriais mais dinâmicos, devem se manter afastados das tecnologias militares mais avançadas.

As Relações Centro-Periferia

Samuel Pinheiro Guimarães (2005, p. 255) denuncia as relações centro – periferia contidas nas atuais políticas ocidentais: "*Esses acordos são promovidos e impostos por persuasão ou coerção em nível multilateral, como o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), a Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ), as convenções sobre armas biológicas e o Missile Technology Control Regime (MTCR), e, em nível regional, pela difusão das teorias e políticas de segurança cooperativa e pela formação de zonas de paz livres de armamentos nucleares que, todavia, não impedem o trânsito e o estacionamento de armas, inclusive nucleares, pelas grandes potências nessas mesmas zonas. Na esfera política, há todo um esforço de consolidação jurídica do poder das grandes potências pela ampliação informal da jurisdição territorial-militar da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e da competência do Conselho de Segurança das*

Nações Unidas, onde se vem redefinindo gradualmente o conceito de ameaça à paz e onde se promove o estabelecimento gradual de Estados em situação de virtual neoprotetorado, agora coletivo, que seria necessário à sua reconstrução, como seriam os casos do Timor, da Bósnia, do Afeganistão, do Iraque."

A hegemonia estadunidense se faz também pelo convencimento dos aliados com a promessa de repartir as benesses do crescimento econômico mundial, mas atende essencialmente aos interesses das potências atlantistas. Assim, no mapa-múndi de Huntington a unidade geográfica ocidental abrange apenas a América do Norte Anglo-Saxônica, a Europa Ocidental e a Austrália. A América Latina, apesar de todos os esforços de suas lideranças na adoção das instituições e regras ocidentais, é simplesmente relegada a uma civilização a parte cujos valores e perfis étnicos não seriam tipicamente ocidentais.

Na perspectiva atlantista, a América Latina é um continente demasiado distante da *area core* do Grande Jogo que envolve a Eurásia e os mares subjacentes. Assim, as perspectivas presentes no paradigma civilizacional de Huntington não diferem substancialmente daquelas da teoria do *heartland* de Mackinder ou da estratégia de contenção ao comunismo de Kennan,

pois todas identificam as principais ameaças ao poder atlântico na projeção de algum poder terrestre eurasiático, verdeira área de interesse do poder atlântico. A diferença é que Mackinder preocupava-se mais com a Alemanha, Kennan com a União Soviética e Huntington com a China e sua projeção de poder pela fímbria do Oriente Médio.

Para esses três geoestrategistas o fortalecimento do poder naval ocidental passa pelo contínuo fortalecimento do poder naval atlântico, não mais que isto. Também em comum propunham o redesenhar arbitrário das fronteiras políticas no entorno dos poderes terrestres desafiantes. Com Mackinder foram criados os Estados-tampões do "cordão sanitário" estendido pelo Leste Europeu; e com Kennan ocorre a divisão da Coreia segundo as linhas ideológicas do modelo bipolar. Como que complementando Mackinder e Kennan, ao término da Guerra Fria ocorre a fragmentação territorial da União Soviética e da Iugoslávia representando nova balcanização do Leste Europeu e fortalecimento do "cordão sanitário" que separa Alemanha e Rússia. E a estratégia de "dividir para governar" prossegue hoje na forma de pressão aberta das potências ocidentais pela autonomia de Kosovo

(Sérvia) e do Tibete (China), bem como no impedimento da unificação chinesa (anexação de Taiwan).

A Geopolítica Militar Brasileira

A Herança Geopolítica da Formação Territorial Brasileira

O Estado brasileiro herda do Império de Portugal sua integridade territorial, onde o centralismo colonial português e um relevo mais plano que os Andes permitiu a organização das comunicações internas de modo que uma rápida olhadela sobre o mapa-político da América do Sul indica o contraste da vastidão territorial brasileira com a balcanização das ex-colônias espanholas.

Outra herança lusitana se traduz nos amplos "vazios demográficos" a ocupar (a Marcha para Oeste), que Manoel Correia de Andrade (2001) situa no período pós-independência através da defesa da livre-navegação do Prata. Era justamente ai que a expansão luso-brasileira havia encontrado uma resistência castelhana mais dura, de forma que a própria rivalidade entre Brasil e Argentina por todo o século XIX e grande parte do século XX e seus respectivos projetos de satelitização dos países vizinhos podem ser intepretados como passivos geopolíticos das disputas territoriais entre

as metrópoles portuguesa e espanhola.

Paulo Schilling (1981) recorda que o envolvimento brasileiro nas questões internas dos vizinhos e a anexação do Acre — tomado aos bolivianos em 1903 — ocorrem em pleno período republicano, e que esse expansionismo na forma de exploração dos recursos energéticos dos países da região prossegue até os dias de hoje.

Os Pólos do Pensamento Geopolítico Brasileiro

Historicamente, a produção geopolítica brasileira foi praticamente monopolizada pelos oficiais militares (COSTA, 2008) e em menor proporção pelo corpo diplomático. Dentre as raras exceções destaca-se o professor e geólogo Everardo Backheuser que na década de 1920 praticamente introduz a geopolítica clássica no país[13]. E na década de 50, Therezinha de Castro inicia publicações e palestras visando

[13] Destaca-se que falamos aqui de interesse acadêmico, pois os temas geolíticos aparecem na agenda política brasileira desde José Bonifácio (1763-1838) – o "patriarca da independência" -, que através de cartas e apontamentos aos congressistas já sugeria a transferência da capital federal para algum ponto do planalto brasileiro, dentre outros assuntos.

destacar a importância político-estratégica do continente antártico, propondo a aplicação do príncipio da defrontação para assegurar a posse de uma fração daquele território ao país. Dizia ainda a pesquisadora do IBGE, que o Atlântico Sul era a "área pivô" para a defesa ocidental, com o Brasil ocupando uma posição estratégica entre as passagens caribenhas e austrais, relembrando o papel do saliente nordestino em defrontação com o litoral ocidental africano.

Em que pese essas exceções civis, podemos falar de uma "geopolítica oficial" brasileira produzida por um seleto grupo intelectual ligado as elites econômicas e políticas e geralmente articulado ao setor militar ou diplomático, e que apesar de rupturas e boicotes recíprocos estaria diretamente ligada à "razão de Estado".

Por longo período a cooperação Brasil–Estados Unidos foi considerada o esteio da inserção brasileira no mundo ocidental, mas o acelarado desenvolvimento industrial brasileiro nos anos 60 foi o principal fator responsável pela mudança no eixo de gravidade do pensamento geopolítico nacional para um distanciamento relativo dos Estados Unidos. Inicialmente os setores militares mais conservadores se opuseram a esta inflexão da política externa sinalizada por

Jânio Quadros/João Goulart e conhecida por Política Externa Independente, desencadeando o golpe militar de 1964.

Mas apenas três anos depois, no governo Costa e Silva os setores militares mais nacionalistas passam a exercer maior influência e o regime passa a reconhecer a validade de diversos princípios da Política Externa Independente. Não havia outra saída diante do estrangulamento do mercado interno da produção industrial que a busca por novos mercados do terceiro mundo. A partir desse momento as linhas mestras da política externa mais pragmática e menos ideológica foram mantidas, sabiamente dissociando o desenvolvimento nacional daquela noção estreita de segurança como alinhamento automático à Washington.

A consolidação do campo geopolítico no país coube indiscutivelmente à Escola Superior de Guerra (ESG), que desde o final da Segunda Guerra Mundial formou uma vasta elite dirigente nacional sob a orientação doutrinária do binômio Segurança e Desenvolvimento. Criada em 1949, seguia os modelos institucionais do *American National War College* e do *Institute Française de Hautes Etudes de la Defense National*, que reuniam especialistas militares e civis para o desenvolvimento de estudos militares,

políticos, econômicos, sociais e científicos. O contexto histórico de criação da ESG era marcado pela busca de uma política de segurança nacional contra os movimentos subversivos de esquerda, articulada a uma visão de segurança hemisférica baseada na orientação estadunidense de contenção ao comunismo soviético, ainda que incorporando a questão do desenvolvimento econômico nacional (PENHA, 2011).

Em 1945, o Itamaraty criara o Instituto Rio Branco (IRB) igualmente visando formar uma elite dirigente, esta especializada em assuntos de política exterior. Inicialmente, os temas de geopolítica brasileira ficariam a cargo do geógrafo Delgado de Carvalho que procurou destacar os condicionantes geográficos da política externa brasileira. Mas o principal legado do IRB foi a consolidação de um corpo diplomático engajado no projeto do Brasil potência, que soube defender os interesses nacionais no plano externo sempre que não impedida por orientações ideológicas do governo brasileiro.

A Geopolítica dos Militares

Os temas tradicionalmente debatidos pelos geopolíticos brasileiros oscilaram em

torno de três linhas principais de raciocínio: a) a questão da unidade/integração nacional; b) a defesa das fronteiras terrestres contra eventuais agressões de países vizinhos; c) a importância das linhas de comunicação do Atlântico Sul. Para além do debate no interior da ESG, estes temas formaram uma vigorosa agenda de políticas públicas orientadas para a dimensão interna e externa, que transpassou governos civis e militares projetando-se aos tempos presentes.

Talvez o período entre 1930 e 1960 tenha sido o mais efervescente do pensamento geopolítico brasileiro, com as publicações dos militares Mário Travassos e Golbery do Couto e Silva. A consolidação da República e a estabilização dos limites fronteiriços do país havia representado o sepultamento da política externa intervencionista e de espansionismo territorial que caracterizou o período colonial-imperial, mas a questão da integração nacional continuava dentre as preocupações principais dos geopolíticos militares brasileiros através das temáticas do desenvolvimento regional e do fortalecimento militar das fronteiras.

Nesse movimento estratégico-militar de contenção fronteiriça o Brasil foi seguido da Argentina, que até a Guerra das

Malvinas (1982) também mantinha suas forças armadas concentradas em suas fronteiras terrestres. Naquele contexto, o fortalecimento das regiões fronteiriças era visto pelos geopolíticos militares brasileiros como etapa necessária da projeção de poder no subcontinente. No livro *Projeção Continental do Brasil,* Mário Travassos (1931) defende políticas de desenvolvimento do Centro-Oeste e Norte (noroeste) como forma de articulação das redes de transporte das regiões industrializadas do Sudeste brasileiro ao *heartland* continental (Bolívia e Paraguai) e assim garantir ao país a exploração dos recursos minerais e energéticos do "coração sul-americano".

Apesar da inicial vantagem natural da Argentina em razão da hidrovia que unia o Paraguai ao porto de Buenos Aires, bem como da ferrovia construída quase em paralelo ao grande rio, o Brasil viria a desenvolver uma infraestrutura rodoviária cruzando o estado do Paraná até o porto de Paranaguá e oferecendo ali instalações para o comércio exterior paraguaio. Ao mesmo tempo, a diplomacia de Buenos Aires não obteve os recursos financeiros necessários para modernizar a hidrovia e a ferrovia existentes, abdicando da satelitização do país vizinho em prol do Brasil.

Depois de completadas as ligações rodoviárias-portuárias e da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (também com o Paraguai) iniciada nos anos 70 e do Gasoduto Brasil - Bolívia (Gasbol) nos anos 90 é impossivel deixar de perceber a antevisão estratégica manifestada por Mário Travassos. Aliás, ainda hoje as políticas de desenvolvimento regional continuam enfatizando as regiões periféricas do Centro-Oeste e Norte, inclusive as áreas de maior crescimento econômico nas últimas décadas. Reflexo disto, a participação destas duas macroregiões no total da população brasileira passou de 7,7% em 1962 para 11,3% em 1983 (IBGE); e em 2004, ambas já reuniam 14,9% da população brasileira. Como se percebe, o espaço amazônico continua como "vazio demográfico" apenas no discurso ambientalista radical mais interessado em proteger as árvores que os amazônidas que lá vivem pressionados pela floresta.

A Amazônia no Discurso Geopolítico Oficial

Sobre a Amazônia brasileira, outro esguiano general Golbery do Couto e Silva (1981, p. 108), mais conhecido por seu papel na formulação da famigerada

Doutrina de Segurança Nacional e na institucionalização da repressão pelo regime militar de 64, escreveu que: "*Estende-se aquela fronteira terrestre, em grande parte, através do deserto que a Hiléia domina como vasto cinturão protetor. Essas condições favoráveis de início é que asseguram o indispensável grau de imunidade a ações de conquista, mantidas em potência ou duração, provindas do exterior. É, de fato, a própria insularidade em proporções continentais*." Para o general, as dificuldades impostas pela floresta equatorial deteriam quaisquer forças invasoras.

Nos anos 50 e 60, os estrategistas militares brasileiros estavam mais interessados em conter o eventual inimigo argentino nas fronteiras Sul (atrasando em várias décadas os projetos de integração regional). Mas nas últimas décadas a militarização das fronteiras virou novamente prioridade na organização da defesa brasileira, agora com o deslocamento do conceito de fronteiras-vivas do Sul para a região Norte.

Esquecendo-se das formulações estratégicas do general Golbery para a defesa do espaço amazônico, os militares tem apoiado a política de relocalização das fronteiras-vivas no âmbito do projeto Calha Norte, implantado ainda no governo

de José Sarney, e que prossegue na atualidade com a criação de novos pelotões de fronteira. Também no documento *Estratégia Nacional de Defesa* (2008), elaborado no segundo mandato de Lula, as diretrizes básicas para a organização da defesa brasileira reproduzem uma visão nitidamente militarizada das fronteiras nas várias referências à Amazônia e Centro-Oeste (a Bacia Paraná-Paraguai). Diante desta miopia geopolítica e estratégica, eventuais problemas para a diplomacia brasileira não estão inteiramente afastados do horizonte, pois nossos vizinhos podem perceber como irreconciliáveis nossos sinais de maior vigilância militar das fronteiras amazônicas com as propostas de aprofundamento da cooperação militar (Conselho de Defesa Sul-Americana) e da integração econômica regional (alargamento do Mercosul).

O caráter impenetrável da Hiléia Amazônica mais a inacessibilidade dos Andes boliviano-peruano representam dificuldades geográficas imensas à ocupação do território brasileiro por forças hostis com armamento pesado que venham do Pacífico ou de algum país vizinho (Ver figura *Geopolítica de Conteção Marítima*). Entretanto, a *Estratégia Nacional de Defesa* não traz qualquer

consideração a este respeito, e faz ainda pior quando traça cenários de guerra assimétrica no espaço amazônico, reduzindo as forças armadas brasileiras ao tacanho papel de organização guerrilheira.

Ainda que não houvesse a proteção natural do Escudo da Hiléia Amazônica e do Arco Andino - cujas linhas orientais constituem nossa real fronteira estratégica terrestre -, a consolidação de posições militares fixas nas linhas de fronteira foram tornadas anacrônicas com o desenvolvimento da

aviação militar (o Projeto SIVAM poderá fazer muito mais pela vigilância do espaço amazônico que a presença dispersa e isolada de destacamentos militares convencionais ao longo da fronteira).

Em suma, nas fronteiras amazônicas não falta Exército, mas Estado através de postos da polícia federal e de unidades de vigilância sanitária, que necessitam de mais efetivos e equipamentos adequados para cumprirem suas missões. Por fim, é preciso destacar que nem mesmo os Estados Unidos com uma linha de fronteira menor e recursos orçamentários bastante superiores conseguem bancar os custos logísticos do policiamento ostensivo das fronteiras com o México contra a imigração ilegal e o comércio de drogas, e seria muita pretensão esperar que venhamos a fazê-lo na imensidão amazônica.

A Amazônia Azul no Discurso Geopolítico Oficial

A importância do Atlântico Sul para o Brasil se faz presente nos mais de 9 mil km de costa e na efetivação de mais de 90% do comércio exterior do país. A reivindicação brasileira de extensão das águas jurisdicionais das atuais 200 milhas para

350 milhas implicaria num aumento da área marítima brasileira em cerca de 1 milhão de quilômetros quadrados (que passa a ter uma área total equivalente ao espaço amazônico e por isso chamada de Amazônia Azul), incorporando novos recursos pesqueiros e os mega-campos de petróleo e gás natural descobertos no pré-sal.

No período do regime militar a organização da Marinha do Brasil seguia a diretriz estadunidense da guerra antissubmarina no auxílio à *U.S. Navy* na proteção às rotas comerciais do Atlântico Sul, consideradas estratégicas para o petróleo que o Ocidente importava do Oriente Médio. Com o crescente envolvimento soviético na África, os esguianos Meira Mattos e Golbery do Couto e Silva esperavam que os Estados Unidos fossem convencidos da necessidade de assegurar uma presença mais ativa da Marinha brasileira na defesa do Atlântico Sul.

O general Carlos de Meira Mattos (1977) afirmava com total ufanismo que o objetivo maior da "Revolução de 64" do "Brasil Potência" seria alcançado por volta do ano 2000. Por sua vez, o general Golbery do Couto e Silva elaborou uma geoestratégia mundial brasileira com sua tese dos hemiciclos interior e exterior,

onde o primeiro hemiciclo abrangia um raio de cerca de 10.000 km de modo a envolver a América e a África atlânticas e a Antártida, e o segundo hemiciclo abrangia a Europa, a África Oriental, a Ásia e a Austrália e era considerado o núcleo das ameaças potenciais aos sul-americanos por englobar o eixo Moscou-Pequim.

Mas a Guerra Fria desapareceu e a ambição geopolítica brasileira de inserção ativa na defesa do Atlântico Sul não se realizou. Desde então, o corpo diplomático brasileiro tem trabalhado com a ideia de transformação da Bacia Sul-Atlântica numa zona de cooperação e paz, resultando na criação da ZOPACAS, mas esta ainda não logrou uma estrutura administrativa e operacional unificada e sequer a modernização das marinhas da região.

Apesar das reformas dos canais interoceânicos do Panamá e Suez, os volumes transportados e as novas classes de navios cargueiros e petroleiros recoloca em cena as velhas rotas marítimas da época dos descobrimentos e reforça a importância das linhas de comunicação sul-atlânticas. O desafio de pensar uma estratégia naval ativa para o Atlântico Sul começa por uma marinha mercante influente e parcerias estratégicas no setor naval militar.

Os Limites Estruturais da "Geopolítica Oficial Brasileira"

O rompimento brasileiro com o alinhamento estratégico aos Estados Unidos ainda não é completo, e talvez por isso ainda estejamos presos ao projeto de construção da potência continental. Sintetizando o momento do regime militar, o general Golbery do Couto e Silva, no livro *Geopolítica do Brasil* (1967), defende os valores da "civilização ocidental-cristã" e a contenção do comunismo soviético, pregando uma participação mais efetiva do Brasil na defesa do Atlântico Sul dentro da concepção geoestratégica estadunidense. A política externa e de defesa brasileira pode até ter se modificado de lá para cá, mas as bases materiais para sua autonomização continuam inexistentes.

Para Cavagnari (199) a orientação geopolítica brasileira é derivada da "margem estratégica de tolerância" permitida pelos Estados Unidos, onde a própria industrialização parcial e tardia brasileira reflete a dependência das inversões de capitais e tecnologias externas (por muitos ainda entendida como uma dádiva da posição de aliado regional preferencial dos Estados Unidos).

O desenvolvimentismo industrial

brasileiro entre os anos 60 e 80 alavancou uma "diplomacia comercial" baseada em uma cesta de produtos industrializados direcionada aos mercados da América Latina, África e Oriente Médio (SILVA, 2004). Mas ainda na década de 80, a crise da divida externa dos dois lados do Atlântico fez refluir os mercados africanos, e na década seguinte começaram a minguar os mercados do Oriente Médio Expandido em razão da ingerência norte-americana.

Desde o final dos anos 90 e com mais força a partir da década seguinte, o *boom* das exportações brasileiras ao mercado chinês ocorre nas *commodities* minerais e agrícolas, suficientes para alçar o país a condição de *global trader* do setor primário. Entretanto, permanecemos um *regional trader para* produtos industrializados e ainda assim quase que limitados aos mercados da América Latina (efeito dos acordos da ALADI e do Mercosul).

Mesmo na "zona de influência imediata" brasileira, essa hegemonia econômica causa descontentamentos frequentes quanto ao fortalecimento do sistema financeiro e empresarial brasileiro, sem as contrapartidas de desenvolvimento esperadas pelos países vizinhos. Samuel Pinheiro Guimarães (2005) destaca

mesmo o retrocesso representado pelo Mercosul em relação aos antigos acordos setoriais de complementação econômica entre Brasil e Argentina (PICE) com o abandono da visão desenvolvimentista pela adoção de uma agenda puramente comercial.

Por sua vez, a agenda governamental brasileira recente reproduz a geopolítica da dependência ao não denunciar os tratados internacionais elaborados segundo a concepção de segurança dos países centrais. Foram nos governos democrático-liberais da Nova República que ocorreram a ratificação pelo congresso brasileiro, em 1998, do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) e a adesão ao Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MTCR), em 1994. Essa capitulação às pressões internacionais significou a limitação do programa nuclear militar ao reator a propulsão nuclear para submarinos e um atraso ainda maior na produção de mísseis balísticos. Nem mesmo os últimos governos de centro-esquerda tiveram coragem suficiente para denunciar estes acordos internacionais.

A Dimensão Geopolítica do Capitalismo

Com o término da Guerra Fria o capitalismo efetivamente universaliza-se, ainda que com diferentes níveis de regulamentação conforme cada Estado. O Leste Europeu e a Rússia aderiram imediatamente ao livre mercado, e a China mantem do comunismo apenas o centralismo estatal. Mesmo Cuba se abre aos investimentos externos no setor de turismo e hotelaria e, na última reunião do partido comunista local decidiu permitir que seus cidadãos tenham e vendam a propriedade de casas e automóveis.

Por sua vez, o processo de reprodução ampliada do capital depende do consórcio entre agentes privados e poder público, onde o apoio governamental ocorre na forma de organização da infraestrutura logística, de desenvolvimento científico-tecnológico (universidades e centros de pesquisa), de regulação dos mercados e de generosas ofertas de crédito subsidiados diretamente às empresas e seus clientes compradores dentro e fora do país (bancos de promoção às exportações).

Ou seja, a análise da dinâmica capitalista ficará incompleta sem o pressuposto geopolítico, pois como enfatiza Immanuel

Wallerstein a economia-mundo aparece justaposta a um sistema internacional de cerca de 200 estados soberanos. Daí que José L. Fiori (2007) prefere falar em "estados-economias" para dar conta da dimensão competitiva do capitalismo.

Novos Estudos Geopolíticos no Brasil

A geopolítica clássica centrada na perspectiva estatocêntrica (associada ou não a uma leitura da economia política) continua com pouco espaço de reflexão no meio acadêmico brasileiro. São as relações sociedade — Estado que tem chamado a atenção dos geógrafos nas últimas décadas, ainda esquivos em relação aos determinantes ambientais (naturais e construídos socialmente) que pautam o desenvolvimento[14].

Também os estudos de fronteira vêm atraindo os geógrafos brasileiros, focados na ótica da cooperação e integração

[14] Os estudos de reengenharia do Estado e de políticas sociais são considerados os mais promissores pelos geógrafos políticos hodiernos, com ênfase nos modelos institucionais dos processos integracionistas, na (re)pactuação federativa e na participação da "sociedade civil" na vida política da nação.

econômica em detrimento da perspectiva do conflito. Nesse campo estão as pesquisas de Aldomar Arnaldo Rückert na coordenação do Grupo Labes[15] da Univerisdade Federal Rio Grande do Sul e de Lia Osório Machado na coordenação do Grupo Retis[16] da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Já os estudos geopolíticos clássicos igualmente procuram seu devido espaço. Dentre os mais importantes nomes da atualidade está o do geógrafo uspiano André Roberto Martin, que resgata os condicionantes da meridionalidade (contra a dependência industrial do Norte) e da tropicalidade (fomentando a cooperação com países na mesma faixa climática) para pensarmos a diplomacia brasileira no novo século.

O geógrafo e professor Eli Alves Penha (UERJ) tem conseguido fomentar um importante espaço aos geógrafos na Escola Superior de Guerra (ESG), atualizando o pensamento da renomada Therezinha de Castro e enfatizando a necessidade de construirmos uma relação mais íntima com o mar através da projeção de interesses nacionais pelo Atlântico Sul.

Ainda no Rio de Janeiro, promovendo o

[15] www.ufrgs.br/labes/
[16] www.igeo.ufrj.br/fronteiras/

pensamento geopolítico no âmbito do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI)[17] está o geógrafo Charles Pennaforte que se dedica ao estudo de comportamentos antissistêmicos na América do Sul atual.

Em relação ao espaço amazônico, Bertha K. Becker (UFRJ) tem refletido uma estratégia de vetorialização regional segundo múltiplas dimensões, inclusive a ecológica e técnica. Por sua vez, o geógrafo Pedro Costa Guedes Vianna (Universidade Federal da Paraíba) tem pesquisado na área da hidropolítica, especialmente quanto aos conflitos pelos recursos hídricos.

O historiador e geógrafo Pedro Geiger (UFRJ) produz análises geohistóricas da formação territorial brasileira, acompanhado também dos trabalhos de cunho geohistórico do renomado geógrafo Manuel Correia de Andrade.

Aliás, dentre os trabalhos recentes sobre a evolução do pensamento geopolítico no mundo e no Brasil estão Leonel Itaussu Almeida de Mello, Shigenoli Miyamoto, Beatriz Soares Pontes, Manuel Correia de Andrade e Wanderley Messias da Costa.

Formada uma importante massa crítica

[17] www.cenegri.org.br

que relança os temas geopolíticos com regularidade, a etapa seguinte aponta para movimentos de cooperação e institucionalização visando a consolidação de uma comunidade geopolítica autônoma no país. Neste sentido, lançamos em 2010 a Revista de Geopolítica[18], uma publicação especializada em formato eletrônico que reúne amplo corpo editorial de geopolíticos brasileiros.

Ainda neste sentido, o professor André Martin organizou, em 2011, a primeira edição do Simpósio Internacional de Geopolítica e Diplomacia, evento que reuniu parte expressiva da comunidade geopolítica brasileira na USP. No evento foi anunciada a criação de uma entidade associativa para a comunidade geopolítica brasileira.

Bibliografia

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações Internacionais e política externa do Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
ANDRADE, Manuel Correia. *Geopolítica do Brasil*. São Paulo: Papirus, 2001.
ARIENTI, Wagner Leal; FILOMENO, Felipe Amin. Economia Política do moderno

[18] www.revistageopolitica.com.br

sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. *In Ensaios FEE*, v. 8, n. 1, 2007.
BACKHAUSER, Everardo. *Geopolítica Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952.
BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 1991.
BURKE, Jason. *Al Qaeda: a verdadeira história do radicalismo islâmico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.
CAVAGNARI, Geraldo Lesbat. Brasil: a dimensão estrtégica da potência regional. *In Carta Internacional*, São Paulo, Funag/USP, n. 80, out. de 1999.
COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1992.
FIORI, José Luis. A nova geopolítica das nações e o lugar da China, Índia, Brasil e África do Sul. *In Oikos - Revista de Economia Ortodoxa*. Rio de Janeiro, n. 8, ano VI, 2007.
GALLUP, John Luke e outros. *Geografia é destino?* São Paulo: Editora da UNESP, 2007.
GILPIN, Robert. *O desafio do capitalismo global.* Rio de Janeiro: Record, 2004.
GUIMARÃES, Samuel P. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
_____. *Quinhentos anos de periferia*. Porto

Alegre: UFRGS/Contraponto, 2002.
HUNTINGTON, Samuel. *O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial.* Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
HARVEY, David. *O novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
_____. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
HOBSBAWM, E. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (1977).
LACOSTE, Yves. *A Geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988.
MELLO, Leonel Itaussu de. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.
PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil - África e geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011.
PENNAFORTE, Charles; LUIGI, Ricardo (Orgs.). *Perspectivas geopolíticas: uma abordagem contemporânea*. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2010.
SCHILLING, Voltaire. *Estados Unidos e América Latina: da Doutrina Monroe à ALCA*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.
SILVA, Heloisa Conceição Machado da. *Da substituição de importações à substituição de exportações*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política*

externa do regime militar brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Em Sala de Aula

Para Ensino Médio e Pré-Vestibular
Revista Pangea:
www.clubemundo.com.br/revistapangea
Para Ensino Fundamental e Médio
Livro Paradidático: "A Geopolítica do Brasil – Nova Ortografia". Autor: Edu Silvestre de Albuquerque (Editora Atual, 2011),
Para Ensino Médio e Superior
Livro Paradidático: "As formas do espaço brasileiro". Autor: Pedro Geiger (Jorge Zahar Editor, 2003).

Filmografia

Título: **Fahreinheit 11/9** (*Fahreinheit 9/11*), EUA, 2004.
Duração: 122 min
Sinopse: Premiadíssimo documentário do polêmico diretor Michael Moore sobre as contradições da política externa estadunidense a partir do 11 de Setembro de 2001.
Título: A conquista da honra (*Flags of our fathers*), EUA, 2006.
Duração: 132 min
Sinopse: O filme mostra a conquista militar pelas forças navais estadunidenses

da ilha estratégica de Iwo Jima, no contexto da Segunda Guerra Mundial.

Título: Cartas de Iwo Jima (*Letter from Iwo Jima*), EUA, 2006.

Duração: 140 min

Sinopse: Esta é a versão japonesa dos acontecimentos históricos que envolveram a disputa pela ilha de Iwo Jima, no Pacífico.

Título: Jogos do poder (*Charlie Wilson´s war*), EUA, 2008.

Duração: 97 min

Sinopse: São demonstradas as ligações dos políticos estadunidenses com a indústria da guerra, destacando o período da Guerra do Afeganistão no início dos anos 80.

Título: Cruzada (*Kingdom of heaven*), EUA, 2005.

Duração: 144 min

Sinopse: O filme até lembra a atual investida de George Bush no Iraque e Afeganistão, mas se passa na Idade Média, quando a Igreja Católica organizava expedições militares que serviam para saquear e ocupar lugares estratégicos na cidade santa de Jerusalém.

Título: Munique (*Munich*), EUA/Alemanha, 2005.

Duração: 163 min

Sinopse: Do consagrado diretor Steven Spielberg, o filme retrata uma missão israelense de retaliação ao atentado terrorista contra sua delegação olímpica

na Alemanha, demonstrado como a razão de Estado se perde no ódio mútuo.

Título: Paradise Now (*Paradise now*), EUA, 2005.

Duração: 90 min

Sinopse: O polêmico filme vencedor do Globo de Ouro de 2006 mostra os preparativos de dois amigos palestinos às vésperas de um ataque suicida a Tel Aviv.

Título: Domingo Sangrento (*Bloody sunday*), Grã-Bretanha, 2002.

Duração: 107 min

Sinopse: Baseado em fatos reais: o dia é 30 de janeiro de 1972, a cidade é Derry, na Irlanda do Norte, o cenário uma passeata pelos direitos humanos da população irlandesa, que é brutalmente reprimida por soldados britânicos. O episódio ficou conhecido como "Domingo Sangrento" e marcou o começo da guerra civil entre católicos e protestantes na Irlanda do Norte.

Título: Em nome do pai (*In the name of the father*), Grã-Bretanha, 1993.

Duração: 133 min

Sinopse: O cenário inicial é a explosão de uma bomba em um *pub* londrino por um grupo do Exército Republicano Irlandês (IRA), em 1974.

Título: Diamantes de sangue (*Blood diamond*), EUA, 2006.

Duração: 141 min

Sinopse: O filme retrata as desventuras de

um mercador de diamantes na instável Serra Leoa. Apesar de ficção, retrata a realidade de certos países africanos com grande precisão.

Título: Falcão Negro em perigo (*Black hawk down*), EUA, 2001.

Duração: 144 min

Sinopse: Uma demonstração dos riscos da falência do Estado a partir da tentativa fracassada de intervenção ocidental na Somália.

Para saber mais

Sites

Ministério da Defesa do Brasil: www.defesa.gov.br
Defesa.Net: www.defesanet.com.br
Revista de Geopolítica: www.revistageopolitica.com.br
Center for International Policy (levantamento dos investimentos sociais e militares dos Estados Unidos pelo mundo): www.ciponline.org/
RESDAL – Red de Seguridad y Defensa de America Latina: www.resdal.org/
Jornal Defesa e Relações Internacionais: www.jornaldefesa.com.pt/
Escola Superior de Guerra: www.esg.br/wordpress/producaointelectual
Projeto Eurásia: projectoeurasia.wordpress.com/

Em Livros Clássicos (somente encontrados em sebos ou bibliotecas)

MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e Trópicos.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.
_____. *A Geopolítica e as projeções de poder*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1977.
_____. *Uma politica pan-amazônica*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.
_____. *Brasil, geopolítica e destino.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
RATZEL, Friedrich. O povo e seu território. *In* MORAES, Antonio C. Robert. *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990.
SCHILLING, Paulo R. *O expansionismo brasileiro*. São Paulo: Global, 1981.
SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.
TRAVASSOS, Mário. *Projeção continental do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1947.

Leituras para as Férias

ALBUQUERQUE, Edu S. de (Org.). *Que país é esse?: pensando o Brasil contemporâneo*. São Paulo: Globo, 2005.
ALI, Tariq. *A nova face do Império*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
COLL, Steve. *Os Bin Laden: uma família árabe no século americano*. São Paulo: Globo, 2008.

FRIEDMAN, George. *Os próximos 100 anos: uma previsão para o século XXI*. Rio de Janeiro: Best Business, 2009.
KHANNA, Parag. *O Segundo Mundo: Impérios e Influência na Nova Ordem Global*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.
LeVINE, Steve. *O petróleo e a glória: a corrida pelo Império e a fortuna do Mar Cáspio*. São Paulo: Editora Landscape, 2007.
MILLER, Judith; *et alii*. *Germes: as armas biológicas e a Guerra Secreta da América*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

Leituras de trabalho

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações Internacionais e política externa do Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
ANDRADE, Manuel Correia. *Geopolítica do Brasil*. São Paulo: Papirus, 2001.
ARIENTI, Wagner Leal; FILOMENO, Felipe Amin. Economia Política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. *In Ensaios FEE*, v. 8, n. 1, 2007.
BACKHAUSER, Everardo. *Geopolítica Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1952.
BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 1991.
BURKE, Jason. *Al Qaeda: a verdadeira história do radicalismo islâmico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

CAVAGNARI, Geraldo Lesbat. Brasil: a dimensão estratégica da potência regional. *In Carta Internacional*, São Paulo, Funag/USP, n. 80, out. de 1999.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1992.

FIORI, José Luis. A nova geopolítica das nações e o lugar da China, Índia, Brasil e África do Sul. *In Oikos - Revista de Economia Ortodoxa*. Rio de Janeiro, n. 8, ano VI, 2007.

GALLUP, John Luke e outros. *Geografia é destino?* São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

GILPIN, Robert. *O desafio do capitalismo global.* Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUIMARÃES, Samuel P. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____. *Quinhentos anos de periferia*. Porto Alegre: UFRGS/Contraponto, 2002.

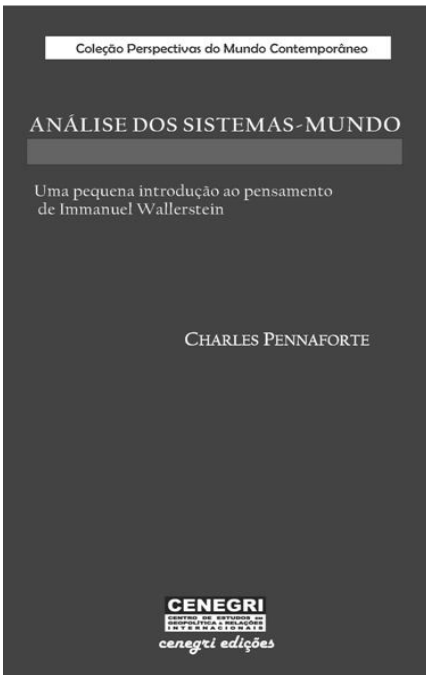
HUNTINGTON, Samuel. *O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial.* Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

HARVEY, David. *O novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBSBAWM, E. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (1977).
LACOSTE, Yves. *A Geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988.
MELLO, Leonel Itaussu de. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.
PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil - África e geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011.
PENNAFORTE, Charles; LUIGI, Ricardo (Orgs.). *Perspectivas geopolíticas: uma abordagem contemporânea*. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2010.
SCHILLING, Voltaire. *Estados Unidos e América Latina: da Doutrina Monroe à ALCA*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.
VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Coleção
Perspectivas do Mundo Contemporâneo


Coleção Perspectivas do Mundo Contemporâneo
ANÁLISE DOS SISTEMAS-MUNDO
Uma pequena introdução ao pensamento de Immanuel Wallerstein
CHARLES PENNAFORTE
CENEGRI
CENTRO DE ESTUDOS EM GEOPOLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
cenegri edições

À venda na loja online
www.cenegri.org.br/lojaonline